

SÃO LUIZ DO PARAITINGA E A RECONSTRUÇÃO PÓS-ENCHENTE DE 2010: A INVENÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO

SAO LUIZ DO PARAITINGA AND RECONSTRUCTION AFTER FLOOD OF 2010: THE INVENTION OF SOCIAL PATRIMONY

RESUMO

A cidade de São Luiz do Paraitinga, interior de São Paulo, é tombada como Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico Nacional desde 2010. No mesmo ano do tombamento ocorreu a maior enchente da história da cidade e grande parte de seu patrimônio arquitetônico - que vinha sendo preservado desde o século XIX - foi destruído ou danificado. Este artigo propõe discutir o conceito de patrimônio analisando as iniciativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na reconstrução da cidade, considerando a dimensão social do patrimônio. A presente pesquisa utilizou-se de referências teóricas e fontes primárias, por intermédio de coleta de dados pela metodologia de entrevista semiestruturada e para a análise foi utilizado o método de triangulação de dados. Um novo conceito começa a ser usado pelos órgãos do patrimônio considerando a educação patrimonial, as audiências públicas antes da patrimonialização de bens culturais e o comprometimento da coletividade envolvida diretamente com bens tombados com a sua preservação. Em São Luiz do Paraitinga as decisões tomadas para a reconstrução da cidade foram tomadas coletivamente, entre os órgãos do patrimônio, o poder público e a comunidade, tornando possível referenciar um novo momento no debate sobre patrimônio histórico, tombamento e preservação do patrimônio no Brasil, tratados neste artigo.

Palavras-Chave: Patrimônio Histórico. Tombamento. São Luiz do Paraitinga.

ABSTRACT

The city of São Luiz do Paraitinga, São Paulo, is listed as Historical, Cultural and National Landscape since 2010. In the same year the tipping occurred the greatest flood of the city's history and much of its architectural heritage - which had been preserved since the nineteenth century - it was destroyed or damaged. This article aims to discuss the concept of equity analyzing the initiatives of Historic and Artistic Institute (IPHAN) in rebuilding the city, considering the social dimension of patrimony. This study made use of theoretical references and primary sources, through data collection by semi-structured interview methodology and the analysis used data triangulation method. A new concept starts to be used by patrimony agencies considering the patrimony education, public hearings before the patrimony of cultural goods and the commitment of the community directly involved with listed buildings with their preservation. In São Luiz do Paraitinga the decisions taken for the reconstruction of the city were taken collectively, between the heritage agencies, the government and the community, making possible a new reference point in the debate about heritage, tipping and heritage preservation in Brazil treated in this article.

Keywords: Historic Patrimony. Tipping. São Luiz do Paraitinga.

Introdução

Os órgãos ligados ao patrimônio decidem pelo tombamento de um bem material ou imaterial considerando aspectos técnicos e políticos presentes na patrimonialização de bens culturais no Brasil.

A partir de 1988, a Constituição Federal procurou delimitar melhor o conceito e o alcance da política de tombamento de bens tangíveis e intangíveis no país, permitindo uma ação mais efetiva de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsáveis pela decisão de tornar um lugar, um monumento, uma construção, um saber-fazer, entre outros bens, como um patrimônio nacional.

A pequena São Luiz do Paraitinga, localizada no Vale do Paraíba, interior de São Paulo, no meio do caminho entre Taubaté e Ubatuba, é

considerada patrimônio histórico do estado de São Paulo desde a década de 1980 quando foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). Os casarões e casas térreas, preservados desde a segunda metade do século XIX, tornaram-se o maior conjunto arquitetônico tombado do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2014).

Nos dias primeiro e dois de janeiro de 2010 o Brasil assistiu pelos telejornais a imagens impactantes da enchente que atingia São Luiz do Paraitinga. A cidade fundada em 1769 do estado de São Paulo e Nacionalfoi destruída pelas águas do rio Paraitinga que corta todo o centro histórico.

Na segunda metade do século XIX, a cidade teve um importante momento econômico, ligado ao ciclo do café, quando sua população chegou a atingir por volta de 30 mil habitantes. Os “senhores do café” - como demonstração de ostentação e prestígio - construíram casarões na praça central da cidade, onde ocorriam os eventos de caráter religioso, cultural e político do município.

A principal característica do tombamento realizado pelo CONDEPHAAT foi considerar apenas a arquitetura como bem a ser tombado e o fez isoladamente, cada prédio que apresentasse relevância patrimonial, recebeu tombamento. O levantamento de dados para esse processo remonta à década de 1970 quando funcionários técnicos do IPHAN trabalharam na cidade fazendo o levantamento de dados para a futura patrimonialização.

Em 2009, o IPHAN passou a estudar a possibilidade de dar a São Luiz do Paraitinga também um tombamento nacional, desta vez incluindo o conjunto histórico-arquitetônico, urbanístico e paisagístico de todo o entorno do centro histórico. No mesmo ano ficou decidido o tombamento provisório para aguardar os trâmites legais que levariam ao tombamento definitivo.

O presente trabalho buscou por meio de entrevistas semiestruturadas- com quatro proprietários e ex-proprietários de casarões tombados, ; com representantes dos órgãos ligados ao tombamento de bens materiais (IPHAN E CONDEPHAAT) e com representante do poder público local, compreender como esses atores analisam a política de preservação e reconstrução de um bem tombado, o significado de patrimônio cultural para

todos eles e as referências de identidade entre o cidadão e o patrimônio cultural do local ao qual pertence.

A pesquisa entrevista semiestruturada, com roteiro prévio de perguntas, composto de perguntas abertas, com eixos temáticos preestabelecidos, buscou analisar:

- os sentidos e os significados de patrimônio histórico e cultural;
- o significado identitário do ser luizense na percepção dos proprietários e ex-proprietários de casarões do centro histórico da cidade, tombados por órgãos ligados à defesa do patrimônio;
- o significado de patrimônio cultural e as decisões políticas envolvidas no tombamento e na patrimonialização de São Luiz do Paraitinga, com seus bens materiais e imateriais, por intermédio da percepção de representantes do IPHAN, CONDEPHAAT e do poder público local.

A Enchente e seus impactos sobre o patrimônio

Na virada do ano, em 31 de dezembro de 2009, a cidade realizou o réveillon das marchinhas, um dos marcos culturais da cidade, porém, àquela altura um fato era preocupante, chovia torrencialmente, num acumulado que vinha de vários dias consecutivos. O ano havia sido atipicamente chuvoso e culminava naquele dia 31 de dezembro quando o rio Paraitinga já deixava seu leito.

O primeiro de janeiro foi marcado pela cheia do rio ao longo de todo o dia, e, ao final da tarde, já tomava a praça central e se aproximava das escadarias da Igreja Matriz.

Na madrugada do dia primeiro para o dia dois de janeiro de 2010, já com a água atingindo dois metros dentro da Igreja Matriz, a população começou a ver casarões centenários desmoronando no intervalo de poucas horas.



Imagem 1. Centro de São Luiz do Paraitinga – SP submerso.

Fonte: www.adorosaoluizdoparaitinga.com.br (acesso em 17 de março de 2015)

A imagem 1 permite considerar a impotência dos luizenses àquela altura vendo o centro histórico submerso, com suas casas de taipa e pau—a—pique (madeira, barro e terra socada) na iminência do desabamento - como realmente ocorreu com vários casarões - sem que nada pudesse ser feito para impedir.

Na manhã do dia dois de janeiro, por volta das 9 da manhã, a cidade percebeu a dimensão do momento histórico quando a Igreja Matriz começou a desmoronar parte por parte, até as três e meia da tarde, quando a última parede veio abaixo.

A imagem da Igreja Matriz em escombros, o simbolismo de sua destruição, foi associada a uma fortaleza que é vencida e que sendo rompida impõe uma derrota coletiva, como explicita o dono de um dos casarões da praça atingida pela enchente.

[...] mas a gente tem o maior exemplo que é a Matriz... acho que ela, simbolicamente, é o marco dessa enchente e do patrimônio de São Luiz, que, parece que quando caiu, a Matriz é pra mim, soa, quando cai, como se nós estivéssemos na Idade Média e caísse o principal marco medieval daquele local,

assim né, como se... acabou a fortaleza... fazendo essa comparação (proprietário de casarão, entrevista concedida em 30 dez. 2014).

O simbolismo da queda da Igreja Matriz associou o conceito de patrimônio histórico ao sentido de pertencimento. A Igreja era considerada um patrimônio porque fora construída ainda na primeira metade do século XIX para constituir o centro de uma cidade cercada por casarões do mesmo período, planejada para “embelezar” o lugar, mas tinha um caráter de pertencimento aos luizenses porque era um espaço da comunidade e de suas relações coletivas, de suas celebrações, de seus nascimentos, casamentos e mortes. Era um patrimônio porque era histórica, mas também era um patrimônio porque identificava uma comunidade.



Imagem 2. Torre da Igreja Matriz no momento da queda.

Fonte: www.g1.globo.com (acesso 18 de março de 2015)

A imagem 2 revela o impacto das águas do rio Paratinga sobre construções do século XIX feitas de taipa de pilão (terra socada) e - no caso da Matriz, com algumas paredes de alvenaria-, que tendo sua base encharcada

torna-se vulnerável por causa do peso da construção sólida sobre uma base que virava um “mingau”. A Matriz ruiu.

A igreja Matriz era um patrimônio e ao mesmo tempo um monumento erguido para as celebrações da vida religiosa e social de São Luiz do Paraitinga: era sua identidade. O patrimônio como identidade nacional ou de uma coletividade, ganhou força a partir da Revolução Francesa e àquela altura tinham destaque monumentos construídos para contar a história de personagens ou fatos marcantes para o país (CHOAY, 2006). O conceito de monumento daquela época sendo transposto para o conceito de patrimônio hoje - mais amplo - permite analisar que o patrimônio tem uma representatividade que está ligada à memória e à identidade, tal qual o monumento na definição seguinte,

[monumento] é aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza efetiva de seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer outras gerações de pessoas rememorarem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. [...] esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade [...] (CHOAY, 2006, 18).

Ainda sob o impacto de perdas simbólicas tão importantes, o que a população perguntava-se era: como faria para reerguer tudo? Como a cidade sobreviveria nos primeiros dias sem farmácia, padaria, açougue ou supermercado? Quanto tempo levaria para ter tudo funcionando, se é que teria tudo de volta? Como estariam as pessoas que tinham perdido tudo dentro de casa ou até mesmo a casa? Como São Luiz voltaria a ser a cidade que os luizenses aprenderam a amar?

Memória e Identidade

A memória por ser viva, evolui e se sujeita à força das lembranças e dos esquecimentos, mas por ser carregada dos sentimentos ultrapassa a linha dos detalhes e se faz história (NORA, 1981). As histórias de cada um, naquele momento, serviriam de base para a reconstrução da história da cidade, perdida

em casarões, igrejas, documentos, fotos e outros registros que o rio Paraitinga havia levado embora. O que havia se perdido em documentação e registros materiais passaria a fazer parte da reconstrução a partir da memória e dos sentimentos envolvidos nas perdas e na circunstância em que ocorreram.

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (NORA, 1981, p. 18)

A memória individual sempre estará presente em nós, nos contextos e nas lembranças que nos remeterem a determinado fato marcante, porém, as lembranças individuais num grupo, numa comunidade que tenha vivido coletivamente um determinado fato marcante se juntarão para formar a memória coletiva, que será, ao mesmo tempo, as memórias individuais, mas é a força da memória coletiva que permitirá recriar e ganhar dinâmica própria a narração de determinado fato (HALBWACHS, 2006).

O fato de ter perdido patrimônio material considerável durante a enchente, tanto do patrimônio coletivo, quanto objetos de família, fotos, documentos, livros entre tantas outras coisas pessoais, faz da memória, individual e coletiva, a base da reconstrução histórica da comunidade.

Para São Luiz do Paraitinga a memória, particularmente a da enchente e seus impactos, tornam-se um caminho para reforçar uma identidade e as relações na comunidade. A memória guarda representações, formas, conceitos, emoções e por isso é viva. Não deve ser diminuída por ter esse caráter, ao contrário, deve ser ferramenta de genuíno referencial para a história de cada um e para a história de uma cidade, principalmente quando passa por importantes eventos críticos de caráter coletivo.

Devemos pensar na memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos. A Memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante (BARROS, 2009, p. 37).

A São Luiz do Paraitinga que permanecia viva na memória dos luizenses após a enchente, além da ajuda emergencial solidária, também receberia atenção de agentes ligados à cultura e à preservação do Patrimônio para recuperar sua história e sua identidade, como revela o representante do IPHAN:

[...] já tinha feito um primeiro estudo, que ia ser colocado pra discussão com a população, estava marcado até, (pra) ser no dia quatro de janeiro de 2010, a primeira audiência pública, acertado com a prefeitura e estava preparado [...] (então) teve a enchente! Daí... 'e agora?', como é que a gente faz? Então a gente uniu várias questões aí em jogo, entre elas, se o que tinha sido proposto ainda era preservável; se teria sido algo destruído pela enchente; tudo aquilo que havia, dentro daquela visão de unidade [...], o tombamento proposto aqui, agora era um tombamento de conjunto urbanístico [...], de conjunto urbano, com todos os seus vazios, com todos os seus visuais, com todos os seus cheios, com todas as suas construções, 'cheios e vazios', tá? E essa era a unidade, entendeu? Um conjunto de unidades arquitetônicas [...] e essa unidade teria uma área de entorno, pra preservar esse visual, então a gente levou, depois dessa proposta, chegou a discutir daí no conselho de cultura, no conselho de patrimônio que foi criado na semana da enchente (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez. 2014).

A decisão de manter o processo que levaria ao tombamento nacional, bem como a escolha em participar dos trabalhos da reconstrução da cidade, mostram a preocupação do órgão federal em considerar outros aspectos ligados ao patrimônio histórico e cultural que não somente a arquitetura –, àquela altura seriamente abalada em São Luiz do Paraitinga.

A Reconstrução e a dimensão social do patrimônio

A temática discutida pelo IPHAN era não abandonar a antiga proposta de tombamento da cidade, apesar da enchente e do que fora destruído ou danificado porque, como comprova a fala do Instituto através de seu entrevistado, já havia a iniciativa de valorizar o conjunto, a cidade, e não apenas prédios históricos.

Em dezembro de 2010, ocorreu o tombamento nacional que considera todo o conjunto histórico, arquitetônico, natural e paisagístico da cidade como sendo patrimônio do Brasil.

Já nos primeiros dias após a enchente de 2010, o Governo Estadual, por intermédio de secretários de Estado e da Defesa Civil Estadual passou a trabalhar em São Luiz para avaliar as ações imediatas.

O Governo Estadual e o Governo Federal, por intermédio de Secretarias, Defesa Civil, Ministério da Cultura, além de órgãos ligados ao patrimônio, avaliaram a dimensão dos danos ao patrimônio histórico e decidiram trabalhar pela reconstrução da infraestrutura da cidade e do patrimônio histórico destruído.

A percepção do cidadão luizense a respeito do tombamento, a relação entre essa percepção e a política de patrimonialização de bens materiais e imateriais e, ainda, os sentidos presentes na construção identitária dos moradores de uma cidade considerada patrimônio histórico e cultural, começaram a aparecer como referenciais para o trabalho que os órgãos do patrimônio começariam a realizar em São Luiz do Paraitinga.

É preciso olhar para o patrimônio como um recurso mobilizador, como ele de fato é, não apenas da economia dos serviços do turismo ou da reabilitação urbana, mas como força capaz de nos apresentar contrapontos para olhar com mais senso crítico e lucidez à nossa volta. Visualizar nossa trajetória histórica representada pelos sítios e monumentos nos fará perguntar sobre a arquitetura, as cidades e os espaços públicos que estamos produzindo, observar para onde caminham as nossas formas de sociabilidade e a nossa relação com o ambiente; a comparação entre o reaproveitamento e descarte de materiais e de energia nos fará indagar sobre o uso sustentável de recursos, criatividade e inovação; diante de práticas, ritos e saberes tradicionais podemos aprender a reconhecer seus aportes de conhecimentos e de visões de mundo e respeitar seu desejo de resistência a um destino nivelador que vai se impondo a todos e a todas as coisas (MACHADO, 2015, p. 5).

O tema patrimônio histórico faz parte das discussões sobre a patrimonialização e a cultura como identidade de um povo e de um lugar, particularmente na modernidade, em que patrimônio, memória e passado parecem não fazer parte das principais discussões, mas que por isso mesmo ganham importância em alguns debates.

Precisamente porque o patrimônio cultural se apresenta alheio aos debates sobre a modernidade ele constitui o recurso menos suspeito para garantir a cumplicidade social. Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo

que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos. (...) A perenidade desse bem nos leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio.” (CANCLINI, 2013, p. 160).

A apropriação do sentido do Patrimônio histórico e cultural por parte dos agentes que trabalham com esses bens, mas também e principalmente pela sociedade ao qual ele pertence é um processo ainda em construção no país, mas que precisa fazer parte dos debates e da política pública do Brasil por trazer em si os sentidos que permitem preservar a memória e a identidade de lugares, saberes e fazeres em todo o território nacional.

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação, ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra (CHOAY, 2006, p. 12).

A decisão de fazer o tombamento, mesmo após a enchente e seus impactos já constitui em si mesmo um aspecto inovador na iniciativa tomada pelo IPHAN. As ações durante a reconstrução demonstram ainda mais a preocupação com os aspectos ligados à identidade, à memória coletiva e ao pertencimento, que constituem o sentido de patrimônio.

Foram várias as iniciativas do órgão federal na cidade. A restauração da Casa onde nasceu Oswaldo Cruz, reconstrução da bicentenária capela das Mercês destruída pela enchente, restauração da igreja Nossa Senhora do Rosário podem ser citados como efetivo envolvimento com a reconstrução e com a necessidade de devolver aos luizenses símbolos importantes de sua história e de seu pertencimento.

A igreja Matriz tornou-se o símbolo mais emblemático do que este artigo quer discutir. O primeiro trabalho do IPHAN foi cercar o espaço onde ficaram os escombros da igreja destruída e trabalhar na limpeza do local para montar o canteiro da reconstrução. Depois foi garimpar tudo o que houvesse de remanescente da antiga construção. Pedacos de mármore dos altares, forro

artisticamente decorado, restos das paredes de taipa, ossadas e imagens destruídas foram cuidadosamente resgatados.

O restauro de tudo o que fosse possível devolveria aos luizenses símbolos importantes de sua memória. O canteiro de obras ficou aberto à visita da população para acompanharem de perto a devolução de seu maior símbolo e acompanhar também todo o trabalho que ali era realizado.

[...] voltando à questão da Matriz, se sabe que a gente fez uma briga danada pra [...] conseguir tomar conta daquele canteiro e fazer o resgate, e preencher aquele vazio. Todo mundo fala assim: “você vê nos cartazes: “Ah! O IPHAN fez a cobertura pra proteger o canteiro!” sim, pra proteger o canteiro, mas, mais que tudo pra preencher aquele vazio existencial que deixou na cidade gente... Se fica totalmente desnudado, então pelo menos tem alguma coisa fechando ali, aquele volume, e daí que a gente resgatou todo o material, todo o equipamento, e assim que saiu da área de perigo o canteiro, a gente abriu pra população visitar, então ficou o canteiro aberto à população, né? Acho que talvez seja o grande diferencial entre a obra [...] abriu um pouquinho pra visita, alguma coisa, mas pra gente era uma obrigação! E outra coisa, o som do sino, a gente viu também [...] então, imediatamente, quando a gente percebeu isso, quando falou isso... era até o Galeão - Paulo Galeão - que era do IPHAN de Goiás, que ficou morando em São Luiz naqueles primeiros meses pra dar apoio, catou o sino e vamos pendurar e “plem! plem!”[...] Então tudo o que devolvesse, que enchesse um pouco aquele (vazio) [...] foi a postura do IPHAN (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez. 2014).

A preocupação em resgatar o sino, improvisar um campanário e fazer com que todos os dias ele voltasse a badalar às seis da manhã, meio-dia e seis da tarde - como o luizense aprendeu a ouvir desde seu nascimento até o dia da queda da Matriz -, aparece como uma preocupação muito relevante do IPHAN. As pessoas precisavam desse resgate na concepção do órgão. O patrimônio histórico vai além do valor que ele encerra em si mesmo, ele pertence às pessoas daquele lugar, ele “fala” aos sentimentos daquela gente. O patrimônio tem valor social.

O segundo passo foi decidir qual seria o projeto da nova Matriz. Cartas internacionais sobre o patrimônio discutem o que deve ser feito no caso das restaurações e reconstruções:

Disso é que se vale a Carta de Veneza, quando ordena que as intervenções e acréscimos em monumentos históricos devam ser executados na tecnologia contemporânea de modo que

fique patente a diferença entre o antigo e o novo; entre o original conservado e o aderente complementar; entre as substâncias ou materiais empregados no sistema estrutural primeiro e aqueles das complementações e próteses (LEMOS, 2013, p. 91).

No caso de São Luiz do Paraitinga houve a iniciativa de reunir os órgãos do patrimônio - federal e estadual - a Cúria Diocesana de Taubaté (gestora da obra), pareceres técnicos de arquitetos e engenheiros, mas, ainda mais importante foi que a população luizense decidiria qual projeto seria executado, ouvida em audiência pública.

A decisão da população foi pelo projeto que devolveria à praça da cidade uma réplica da Matriz que caiu no dia 02 de janeiro de 2010. Os remanescentes ficariam todos como parte da nova construção que teria material contemporâneo na construção como ferro, cimento e alvenaria, mas manteria evidente a taipa que ainda restava, o forro restaurado e os altares de mármore reconstituídos. Durante a execução da obra apareceram questionamentos quanto à essa decisão de misturar o antigo e o contemporâneo, mas nos debates prevaleceu a vontade dos luizenses, como esclarece o IPHAN:

Teve a briga, discussões com a Igreja, que queria fazer outra (igreja), aproveitar e fazer um templo aberto... Falei: "Epa! Calma aí gente! Já que vai reconstruir pelo menos tem que ter a nave principal, os corredores laterais" - aumentou o corredor-, mas manteve os altares, o piso, o forro. (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez. 2015).

Os sentidos que aparecem na invenção do patrimônio estão presentes em São Luiz do Paraitinga, bem mais destacados depois da enchente e do processo de reconstrução da cidade. Os órgãos do patrimônio reconhecem que houve certa inovação, mas ao mesmo tempo admitem que reconstruir o patrimônio não pode ser apenas um debate técnico, precisa ser um debate aberto e que envolva os verdadeiros guardiões do patrimônio que são os moradores do lugar que é tombado e reconhecido como patrimônio de um país.

*a gente sofre - vamos dizer críticas - a partir da nossa atuação, que é a reconstrução da Matriz e a reconstrução da capela das Mercês. Então isso no meio acadêmico, **no meio dos especialistas, aquilo lá foi uma acinte, foi uma Disneylândia**, mas daí eu explico: gente tem duas questões aí,*

*primeiro, pro tombamento do IPHAN ela é uma lacunazinha que tem que ser preenchida, poderia ser preenchido com uma construção nova e tal? Poderia! Mas daí entra um segundo fator - **essa capela das Mercês e da Matriz não foram destruídas por desmazelo, mas por uma catástrofe, uma tragédia, dentro de uma cidade extremamente religiosa, extremamente católica** que ficou sem templo nenhum, porque o Rosário estava interditado, e nós tínhamos... e a população toda na época do resgate, do salvamento, querendo salvar, sabe, um tijolo que fosse da igreja pra manter... **Então quem somos nós, pra querer, pra negar a importância de uma reconstrução simbólica** (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 de dez. de 2014, grifos nossos).*

A educação patrimonial e o valor social do patrimônio tornaram-se evidentes em São Luiz do Paraitinga e, seguramente, serão objeto de análise e referência para futuras decisões de órgãos como o IPHAN.

Conclusão

Velho (2006) analisa os impactos que decisões relacionadas ao patrimônio, como um tombamento, trazem para as pessoas envolvidas diretamente nessas decisões. É um embate que considera dimensões simbólicas, culturais, históricas, mas também políticas e econômicas.

É a partir da temática mais geral das sociedades de massas, ligada ao desenvolvimento do capitalismo, da urbanização, da tecnologia, do transporte, dos meios de comunicação em geral, da mídia etc., que podemos compreender tais processos. Nessa realidade, coloca-se o desafio intelectual e político de como lidar com a memória social e com o patrimônio cultural. [...] A destruição de referências, monumentos, casas, prédios, ruas, cinemas, igrejas, entre outros, tem consequências nos mapas emocionais e cognitivos dos habitantes de diferentes tipos de localidades (VELHO, 2006, p. 244).

Por isso é importante educar para o patrimônio, é importante ouvir a população de um lugar onde há a perspectiva de um tombamento, afinal, o guardião do patrimônio são as pessoas e não necessariamente os órgãos que cuidam da política de patrimonialização.

Há uma mentalidade de que um tombamento é necessariamente uma interferência direta no direito de propriedade, que vai limitar ou até impedir uma intervenção do proprietário no seu imóvel. O que se deve debater é o que está na dimensão mais significativa da patrimonialização, isto é, quando um bem material é tombado, ele é tombado por quê e para quem.

A dimensão social do patrimônio é relevante e precisa ultrapassar a dimensão puramente técnica e acadêmica, normalmente envolvida nas decisões de tombamento.

A comunidade pode ser ouvida e deve decidir junto pelo tombamento, debatendo os conflitos que nascem da interferência sobre a propriedade e pelo convencimento de que uma pessoa pode ter sob sua propriedade um bem de valor coletivo e, não perdendo seu direito de usá-lo, assume o compromisso de preservá-lo como um bem de toda a comunidade.

Quando se decide o que se deve lembrar (e esquecer) por meio de políticas públicas, ou seja, quando essas lembranças são definidas como patrimônio cultural de uma coletividade, as disputas em torno do que compõe a memória, por serem institucionais, ganham uma visibilidade, que pode ser maior ou menor, dependendo do vigor da cultura política vigente na sociedade e no Estado (BARBALHO, 2013, p. 110).

O IPHAN destaca-se por ter considerado trabalhar na reconstrução de São Luiz do Paraitinga, ainda com tombamento provisório. Mesmo não tendo realizado a audiência que explicaria o tombamento, por causa da enchente, levou em frente o processo que decidiu pelo tombamento definitivo. Considerou relevante trazer a população para o canteiro de obras da Matriz, preocupou-se com o resgate dos bens que estavam nos escombros e com a manutenção dos remanescentes. Trabalhou em parceria com outros agentes para que a população fosse ouvida sobre os projetos de reconstrução e, reconhece como um “segredo” a ser incorporado nas decisões dos órgãos do patrimônio:

Esse é um segredo que a gente (os órgãos de preservação) tem que incorporar [...] quando a gente faz esse tombamento, a gente faz de forma participativa, tendo que fazer essas audiências. [...]. É importante ter, junto desse momento de definição do tombamento, também que se tenha um plano de manutenção... “Ah! Vocês aceitam que tombem a cidade... Tá... Então como é que vocês vão manter essa cidade?” Um compromisso para o futuro, o compromisso do futuro não pode ser dado só pelo órgão de preservação se não cai outra vez na mesma situação de sermos os fiscais, os chatos, os carrascos, os que limitam. Na hora de tombamento está bonitinho o papel: “oba! que legal!” Mas na hora do vamos (ver), do dia a dia é diferente! Então eu acho também que esse é o segundo ponto que me preocupa... é essa continuidade das ações de preservação, que nunca terminam, jamais terminam no ato de tombamento ou de registro (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez 2014).

Há um conceito novo nos atos de patrimonialização no Brasil, fruto de uma transformação importante na política de patrimônio no país que vem desde a década de 1930 com o pioneirismo de Mário de Andrade que trabalhou pela inclusão do conceito de patrimônio cultural nas decisões governamentais. Esse conceito chega à Constituição de 1988 que incorpora novos significados, mais abrangentes e definidores para o trabalho dos órgãos do patrimônio, permitindo por intermédio das ações de sucessivos governos que haja uma política cultural no país, onde o patrimônio, material e imaterial, aparecem com destaque.

Educar para o patrimônio e valorizar o aspecto social que aparece patrimonialização no Brasil tornam-se os desafios postos na contemporaneidade e poderão contribuir para definir um novo conceito de patrimônio, qual seja, aquele que oferece a uma coletividade seu sentido de pertencimento, de identidade, de memória e de protagonismo histórico.

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, A. *A agonística da memória e do patrimônio em tempos de Noopoder*. In: Políticas Culturais em Revista, 109-124, 2013.
- BARROS, J. A. *História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço*. In: Mouseion, v. 3, n. 5, Jan-Jul/2009.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembrança dos velhos*. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2013 (Ensaio latinoamericanos).
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE MOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos, 51).

MACHADO, J. *Desafios contemporâneos para a gestão do patrimônio*. Disponível em: <<http://patrimoniovaledoribeira.org>>. Acesso em 23 mar. 2015.

NORA, P. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

SÃO PAULO. *Conselho de defesa do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico*. Bem Tombado Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

VELHO, G. *Patrimônio, negociação e conflito*. Mana [on line]. 2006, v. 12, n. 1, pp. 237-248.